

Violência contra mulher: publicações de Qualis A em Psicologia

*Paula Orchiucci Miura**

*Alice Dantas de Medeiros***

*Gisele da Luz Freire Silva****

*Júlia Carvalho Van der Ley Quintela*****

*Livia Guimarães Santos Vidal******

*Maria Carolina Monteiro da Silva Campos******

*Vanessa Agra Cavalcanti******

Resumo

A violência contra a mulher constitui um grave problema de saúde pública, que não diferencia classe social ou raça. Esta pesquisa teve como objetivo descrever os artigos dos periódicos nacionais de Psicologia com Qualis A1 e A2 sobre a temática em questão. Trata-se de uma revisão sistemática descritiva da literatura, que utilizou os descritores: “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência doméstica” para realizar a busca e a amostra final foi composta por 128 artigos. Resultados: maioria das publicações teve como autoria mulheres pesquisadoras e como participantes mulheres vítimas de violência; baixo fomento a pesquisas; baixa delimitação teórica; pobreza no detalhamento metodológico; desponibilidade de produções no Nordeste; prevalência do uso de entrevistas; aproximação da temática com a saúde, seus profissionais e serviços. Possibilitar um panorama de pesquisas sobre a violência contra a mulher podem contribuir com políticas públicas de enfrentamento mais eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Psicologia; Revisão de literatura; Violência contra a mulher.

Violence against women: Psychology publications in Qualis A

Abstract

Violence against women is a serious public health problem, which does not differentiate social class or race. This research aimed to describe the articles of national journals of Psychology with Qualis A1 and A2 on the subject in question. This is a descriptive systematic review of the literature, which used the descriptors: “violence against women”, “gender violence” and “domestic violence” to carry out the search and the final sample consisted of 128 articles. Results: most publications were authored by women researchers and women victims of violence as participants; low funding for research; low theoretical delimitation; poverty in methodological detail; emergence of productions in the Northeast; prevalence of the use of interviews; approach of the theme with health, its professionals and services. Providing an overview of research on violence against women can contribute to public policies for more efficient and effective confrontation.

Keywords: Psychology; Literature review; Violence against women.

* ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-5103-9787> .

Universidade Federal de Alagoas

Professora adjunta da graduação e pós-graduação no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

** ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-7565-1735> .

Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Bolsista CNPq pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica..

*** ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-8228-6588> .

Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

**** ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7817-245X> .

Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

***** ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4187-0382> .

Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

***** ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-8401-6792> .

Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

***** ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-5356-2942> .

Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

Introdução

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública com incidência global, que ocasiona sérios agravos para o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres. Segundo Krahé (2018), trata-se de “uma forma de agressão baseada no gênero porque está conectada com o pertencimento do perpetrador e das vítimas a distintos grupos de gênero” (p. 6, trad. nossa). Sendo assim, a violência contra a mulher encontra-se intimamente relacionada à violência de gênero.

Gênero é uma categoria histórica e cultural que nos ajuda a tecer reflexões acerca das desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres. O conceito de gênero “expõe que características apresentadas como femininas ou masculinas tratam-se, na verdade, de construções sociais” (Pinho, 2020, p. 3). O gênero não diz respeito somente a uma percepção com relação às diferenças sexuais, mas sobretudo à hierarquização destas. Esta hierarquização é o que “confere” ao homem um lugar de poder e à mulher uma posição de submissão, estabelecendo, por conseguinte, formas de violência que são perpetradas contra as mulheres (Albuquerque, 2020; Pinho, 2020).

Destaca-se também, na presente área de investigação, o termo “violência doméstica”. Conforme a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), a violência doméstica e familiar contra a mulher é definida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei n. 11.340, 2006). Ainda segundo a referida lei, a ação ou omissão pode ser praticada no ambiente doméstico, no âmbito familiar ou no interior de quaisquer relações íntimas de afeto vivenciadas entre o agressor e a vítima.

O fenômeno da violência contra a mulher precisa ser urgente e recorrentemente pensado, sobretudo porque afeta de forma negativa a saúde física e mental, bem como o modo de relacionar-se e tecer experiências de muitas mulheres. Deste modo, é fundamental que os profissionais encarregados pelo atendimento e acolhimento das vítimas tenham uma capacitação adequada e qualificada, afinal, a área da saúde, assim como os demais setores e instituições responsáveis, deve fazer com que as mulheres vítimas de violência se sintam suficientemente seguras, acolhidas e protegidas (Santos, Leite, Amorim, Maciel, & Gigante, 2020).

Assim, torna-se imprescindível pesquisar sobre a temática da violência contra a mulher na área da Psicologia, tendo em vista o papel que o psicólogo exerce frente às mulheres vítimas de agressão. Desse modo, este trabalho teve como objetivo descrever os artigos que abordam a violência contra a mulher, na área da Psicologia, publicados em periódicos nacionais com a classificação Qualis

A1 e A2 estabelecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Método

Realizou-se uma revisão sistemática descritiva da literatura. De acordo com Paré, Trudel, Jaana e Kitsiou (2015), a revisão descritiva permite que os pesquisadores reúnam informações específicas e direcionadas sobre os artigos empíricos revisados, tais como “o ano de publicação, métodos de pesquisa, técnicas de coleta de dados e direção ou força dos resultados finais” (p. 4, tradução nossa). Com isso, é possível reunir as frequências de cada informação investigada, gerando um quadro de dados quantitativos referentes às publicações selecionadas.

Para a execução da revisão descritiva, realizou-se uma busca em duas etapas através da Plataforma Sucupira, por revistas avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na primeira etapa, houve a aplicação dos seguintes filtros: Classificação de Periódicos quadriênio 2013-2016; Área de Avaliação: Psicologia; Classificação: A1.

Na segunda etapa, também foram aplicados os filtros “Classificação de Periódicos quadriênio 2013-2016”; e Área de Avaliação: Psicologia. Neste momento, foram selecionadas as revistas de Classificação A2. A escolha pelos periódicos acadêmicos nacionais de Psicologia com conceito Qualis CAPES A1 e A2 se deve em função da relevância acadêmica e a grande quantidade de produções científicas que poderiam ser encontradas acerca das temáticas da violência contra a mulher, violência doméstica e/ou violência de gênero.

A partir do levantamento dos periódicos Qualis A1 e A2, foi realizada uma busca da quantidade de artigos publicados pelas revistas nacionais dentro dos portais SciELO e PePSIC. Nessa etapa, foram selecionados e utilizados os seguintes descritores: “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência doméstica”. Para a composição da amostra final de artigos foram adotados como critérios de inclusão: artigos dos últimos 5 anos (2016-2020), que apresentassem ao menos um dos descritores (violência contra a mulher; violência de gênero; violência doméstica) no título, resumo e/ou palavras-chave. Optou-se pela seleção de artigos tanto empíricos quanto teóricos.

A escolha dos elementos a serem examinados em cada artigo baseou-se no instrumento apresentado por Becker, Bandeira, Ghilardi, Hutz e Piccinini (2013), por meio do qual os autores realizaram o levantamento, sistematização, e comparação das informações em três eixos: “características da autoria dos artigos; temática e referencial teórico; e, características dos artigos empíricos” (p. 374). Em nossa revisão descritiva, reunimos

os dados coletados em três grupos: (a) Características gerais dos artigos; (b) Características gerais da autoria; (c) Características metodológicas.

O primeiro tópico, características gerais dos artigos, reúne as seguintes informações: título do artigo; periódico de publicação; idiomas disponíveis; ano de publicação; referencial teórico e temática da publicação; pesquisa sem ou com financiamento (especificação da agência de fomento).

No segundo tópico, características gerais da autoria, foram reunidas informações referentes à quantidade de autores por artigo, o gênero dos autores (feminino ou masculino), bem como suas respectivas instituições de vínculo (a primeira informada nas versões disponíveis para *download*). Foi analisado o tipo de parceria estabelecida pelos autores das publicações: nacional (todos os autores são de instituições brasileiras) e internacional (quando havia pelo menos um autor de instituição internacional). Além disso, nas publicações nacionais foram observadas se as parcerias eram: entre instituições de ensino, entre instituições de ensino e outros tipos de instituições (ONGs, Secretarias, entre outras) ou parceria somente entre outros tipos de instituições.

Identificou-se ainda a quantidade de instituições de ensino nacionais, além de contabilizar a natureza (pública, privada ou filantrópica) e a distribuição regional dessa no Brasil. Nos outros tipos de instituições foi observado, além da quantidade, a natureza (pública ou privada). Enquanto para as publicações internacionais foi contabilizada a quantidade de instituições de ensino e outros tipos de instituições de vinculação de autoria.

O terceiro tópico é composto pelas características metodológicas de cada artigo: tipo de estudo (empírico ou teórico); abordagem (quantitativa, qualitativa, mista ou não especificada); amostra e detalhamento da amostra. Quanto aos participantes, identificamos: o gênero (homem ou mulher), a idade, o estrato demográfico (criança, adolescente, adulto e idoso) e a faixa etária (19 a 40 anos; 41 a 59 anos; 60 anos ou mais). Em casos de artigos teóricos, indicou-se seu delineamento (revisão, ensaio, outros). Em artigos empíricos, classificou-se as pesquisas em transversal, longitudinal e não especificado.

Ademais, as informações metodológicas das pesquisas empíricas foram organizadas e classificadas de acordo com: a) delineamento da pesquisa - estudo de casos, grupos contrastantes, experimento, levantamento, pesquisa-intervenção/ ação, pesquisa documental, outros e não especificado; b) técnica de coleta de dados - escalas, questionários/ formulários, entrevistas, testes, diário de campo, oficinas, grupos focais e outros; c) análise de dados - análise do discurso, análise de conteúdo, análise estatística, outros e não especificado.

Resultados/Discussão

A primeira consulta junto à Plataforma Sucupira gerou um resultado de 200 periódicos. Porém, foram excluídos 194 periódicos internacionais, restando 6 revistas nacionais de Qualis A1. A busca por periódicos de Qualis A2 resultou 413 registros; 378 periódicos internacionais e 35 nacionais. Assim, a amostra final de revistas foi composta por 41 revistas nacionais de Qualis A1 e A2. Com base nos critérios adotados na presente pesquisa, foram selecionados 128 artigos. A quantidade de artigos que compõem a amostra final de Periódicos Qualis A1 e A2 está na Tabela 1. Observa-se que os 128 artigos foram publicados em 23 periódicos. Nove (7%) artigos em três periódicos com Qualis A1 e 119 (93%) artigos em 20 revistas com Qualis A2.

Tabela 1: Quantidade de artigos que compõem a amostra final por Periódicos Qualis A1 e A2.

Periódicos	% (n) de artigos
Ciência e Saúde Coletiva	14,06% (18)
Estudos Feministas	13,28% (17)
Cadernos de Saúde Pública	13,28% (17)
Saúde e Sociedade	5,47% (7)
Revista de Saúde Pública	5,47% (7)
Psicologia e Sociedade	5,47% (7)
Psicologia: Ciência e Profissão	4,69% (6)
Estudos e Pesquisas em Psicologia	3,90% (5)
Temas em Psicologia	3,90% (5)
Revista da Escola de Enfermagem da USP	3,90% (5)
Revista Latino-Americana de enfermagem	3,90% (5)
Arquivos Brasileiros de Psicologia	3,90% (5)
Estudos de Psicologia (Campinas)	3,13% (4)
Psicologia: Teoria e Pesquisa	2,34% (3)
Psico-USF	2,34% (3)
Psicologia Clínica (PUCRJ)	2,34% (3)
Psicologia em Revista	1,56% (2)
Psicologia USP	1,56% (2)
Avaliação Psicológica	1,56% (2)
Paidéia - USP	1,56% (2)
Revista de Administração Pública	0,78% (1)
Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)	0,78% (1)
Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	0,78% (1)
Total	100% (128)

Fonte: Autoras, 2021.

As revistas que mais publicaram pertencem às áreas das ciências da saúde e das ciências humanas, com enfoque em questões de gênero, feminismo e sexualidade, sendo elas: *Ciência e Saúde Coletiva*, *Cadernos de Saúde Pública* e *Estudos Feministas*. As três revistas possuem Qualis A2, tendo a primeira 18 artigos; as duas últimas, 17 artigos cada.

Dentre essas 3 revistas, 2 delas são da área da saúde, sendo assim, uma grande parte dos artigos (27,34%) foram publicados em periódicos do campo da saúde. Tal achado dialoga com o que pontua Martins, Silva, Quental e Gabriel (2020), a violência contra a mulher é um grave fenômeno social, mas que a cada dia torna-se também um dos grandes problemas de saúde pública.

De acordo com dados da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2021), a violência contra a mulher, especialmente a violência por parceiros íntimos e violência sexual, é um problema de saúde pública de grande relevância, além de uma grave forma de violação dos direitos humanos. Ainda, afirma-se que esse tipo de violência causa problemas para a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das sobreviventes, além de consequências letais, como homicídio e suicídio, para outras (OPAS, 2021).

Características gerais dos artigos

Com relação ao ano das 128 publicações, 11,7% (15) foram publicados no ano de 2016; 28,9% (37) em 2017; 15,6 % (20) em 2018; 21,9% (28) em 2019 e 21,9% (28) em 2020. Quanto ao idioma dos artigos, 65,6% (84) estavam disponíveis em apenas um idioma: 70,2% (59) em português; 20,2% (17) em inglês; e 9,5% (8) em espanhol.

Notou-se, ainda, que dentre os 34,4% (44) dos artigos que estavam disponíveis em mais de um idioma, 88,7% (39) apresentavam os idiomas português e inglês como opções de leitura; e 11,3% (5) estavam disponíveis em três idiomas: português, espanhol e inglês. Destaca-se uma prevalência de artigos publicados apenas em uma língua, indo de encontro à política de internacionalização do ensino superior, bem como ao plurilinguismo acadêmico tão importante para disseminação do conhecimento científico (Muñoz, 2021).

No que diz respeito ao fomento, das 128 publicações, somente 28,9% (37) informaram ter recebido financiamento de alguma das 18 agências citadas nos artigos, dentre as quais: 83,3% (15) são agências públicas, e 16,7% (3) privadas. Ao debruçar-se sobre os 37 artigos que informaram o recebimento de incentivos, as agências referidas mais de uma vez foram: CNPq 13,5% (5); CAPES 13,5% (5); FAPESB 10,8% (4); FAPESP 8,1% (3); FAPES 8,1% (3); CAPES e CNPq 5,4% (2); FAPESP e FAPEMA 5,4% (2).

Nota-se um baixo incentivo aos trabalhos publicados, visto que apenas 28,9% destes informaram ter recebido fomento. Tal cenário corrobora o que vem sendo observado no meio científico brasileiro como um todo nos últimos anos, no que se refere ao incentivo à pesquisa, diante do progressivo corte de recursos destinados às agências de fomento federais e estaduais de todas as regiões do Brasil (Moura & Camargo Junior, 2017). Ao pensar no contexto das ciências humanas especificamente, nota-se uma defasagem ainda maior, uma vez que, de acordo com Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020), a área está entre as menos financiadas pelo CNPq.

Quanto ao referencial teórico da amostra final, em 79,7% (102) das produções os/as autores/as não especificam o referencial teórico adotado. Sendo assim, apenas 20,3% (26) delimitam, de maneira expressa, o embasamento teórico norteador. Dentre os referenciais utilizados mais de uma vez: 15,4% (4) Teoria Fundamentada nos Dados (TFD); 7,7% (2) Psicanálise; 7,7% (2) Construcionismo Social; 7,7% (2) Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

A ausência de um referencial teórico bem delimitado na maioria dos artigos, está em conformidade com a pesquisa de Becker et al. (2013), na qual foram caracterizadas 388 publicações nacionais em psicologia do desenvolvimento - a maioria dos artigos revisados pelos autores (67,8%) também não apresentou, de modo explícito, o referencial teórico adotado.

Referente às temáticas, diversas estiveram presentes nos 128 artigos, dentre elas, as que mais apareceram: “Violência contra a mulher/ violência doméstica/ violência de gênero/ violência por parceiro íntimo/ violência conjugal em um sentido amplo” foram as temáticas mais abordadas, as quais estiveram presentes em 20,3% (26) das produções; seguidas por “Rede e serviços de atendimento especializado a vítimas” em 8,6% (11); e, por último, “Homens autores de violência/masculinidade e violência contra a mulher” e “Feminicídio e mortalidade decorrente de violência contra a mulher” que apareceram em 6,3% (8) dos artigos cada.

Foram observadas mais de 20 diferentes temáticas, e uma prevalência relacionada ao assunto saúde, seus serviços e profissionais, totalizando 48 (37,5%) das publicações. Estas abordaram temas como: gravidez/maternidade/puerpério, institucionalização e saúde mental de mulheres vítimas de violência.

O campo de estudo sobre a temática parece consolidado na área da saúde, como apontado por Pinto e Christino (2021), quando destacam que somente no ano

de 2019 foram publicados 514 estudos sobre a violência de gênero. Esses dados refletem a importância do tema, uma vez que, como aponta Souza e Rezende (2018), é comum a busca dos serviços de saúde pelas vítimas, mesmo que estas não cheguem a revelar a vivência da violência, justificando sua busca com questões como angústia, depressão e nervosismo. Para os autores, isso ocorre em razão da falta de informação das mulheres que muitas vezes não estão cientes de que os serviços de saúde podem acolher a demanda de violência.

Características gerais da autoria

Quanto ao número de autores(as), a maioria foi escrita em coautoria entre dois/duas autores(as), o que representa cerca de 31,3% (40) da amostra total. Em 18% (23) dos artigos, observou-se a publicação com três autores(as), e 11,7% (15) apresentou apenas um(a) autor(a). As demais apresentaram quatro ou mais autores(as), totalizando 39% (50) da amostra.

Partindo para análise dos(as) autores(as), foi contabilizado um total de 360 autores(as), sendo descartadas as repetições, ou seja, aqueles que apareciam em mais de uma publicação foram contabilizados apenas uma vez. Observou-se uma prevalência de mulheres, correspondendo a 78,3% (282) da amostra, enquanto apenas 21,7% (78) eram homens. Esse dado concorda com uma pesquisa feita pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) (Albornoz, Barrere, Matas, Osorio, & Sokil, 2018), na qual constatou-se que, entre os países Ibero-americanos, o Brasil foi o que apresentou o maior número de artigos com pelo menos uma mulher em sua autoria, com 72% das publicações possuindo uma ou mais autoras.

Dentre o total de 360 autores(as), 359 apresentaram seu vínculo institucional. Para quantificar o percentual de vinculações, levou-se em consideração os(as) autores(as) que se repetiram entre os artigos e que haviam alterado, entre as publicações, o seu vínculo institucional. Desse modo, foram realizados os cálculos a partir de uma amostra total de 368 autores(as): constatou-se que 79,6% (293) dos autores(as) possuíam vínculo junto a instituições de ensino superior nacionais. Estes(as) distribuíram-se em 66 diferentes instituições de ensino nacionais, sendo 60,6% (40) públicas; 36,4% (24) instituições privadas; e 3% (2) instituições de natureza filantrópica.

Dentre as 66 instituições de ensino nacionais, houve a prevalência de instituições da região Sudeste, representadas pelo percentual de 39,4% (26), seguidas pelas regiões Nordeste, com percentual de 33,3% (22); Sul,

com 18,2% (12); Centro-Oeste em 7,6% (5) e Norte com percentagem de 1,5% (1).

Observa-se que o Nordeste desponta nas pesquisas encontradas acerca da violência contra a mulher, tendo publicado 22 artigos, ficando próximo da região Sudeste, que publicou 26 estudos. Embora ainda se observe uma acentuada prevalência da produção científica nas regiões Sul e Sudeste (Sidone, Haddad, & Mena-Chalco, 2016), o Nordeste, neste estudo, apresenta o segundo maior percentual de publicação. Dado que indica o crescimento de pesquisas e publicações nessa região do país, com a temática da violência contra a mulher.

Ainda sobre a vinculação dos(as) autores(as), 5,7% (21) estiveram vinculados(as) a 14 outras instituições nacionais que não são de ensino. Dentre elas, 7,1% (1) trata-se de instituição privada e 92,9% (13) são instituições ligadas ao poder público, das quais: 30,8% (4) são do âmbito federal; 15,4% (2) da esfera judiciária; 15,4% (2) estaduais e 30,8% (4) municipais. Ademais, verificou-se um percentual de 2,7% (10) de autores(as) com vínculo junto a 7 outras instituições internacionais. Esse dado é um indicativo de que a temática da “violência contra a mulher” parece ser um fenômeno que não se restringe à comunidade acadêmica; trata-se de um fenômeno que convida/convoca autores(as) atuantes em instituições do poder público a pesquisar e escrever sobre o assunto.

Além disso, encontrou-se 11,4% (42) dos(as) autores(as) vinculados(as) a 21 instituições de ensino superior internacionais, as quais também apresentaram repetições. Dentre as instituições com o maior número de repetições, destacam-se: Universidad Autônoma de Barcelona, da Espanha, com percentual de 21,7% (10); Emory University, nos Estados Unidos, com 10,9% (5); e Universidad de Antioquia, na Colômbia, com 10,9% (5).

Quanto às parcerias estabelecidas pelos(as) autores(as) dos 128 artigos da amostra final, 81,25% (104) eram nacionais (todos(as) os(as) autores(as) são de instituições brasileiras) e 18,75% (24) internacionais (quando havia pelo menos um(a) autor(a) de instituição internacional). Diante disso, nos artigos nacionais que tinham coautoria entre dois/duas ou mais autores(as) (94), foram analisados os tipos de parceria estabelecidas pelos vínculos: 86,2% (81) apenas instituições de ensino; 11,7% (11) instituições de ensino e outros tipos de instituições; e 2,1% (2) apenas outros tipos de instituições.

Através desses dados que apontam para um baixo percentual de parcerias internacionais nas publicações, Ramos (2018), em seu estudo sobre internacionalização da pós-graduação no Brasil, pontua que a dimensão in-

ternacional se tornou parte integrante das atividades de ensino e pesquisa no país e, atualmente, os programas de pós-graduação brasileiros têm incentivado os docentes e alunos a desenvolverem pesquisas com parcerias estrangeiras, bem como a publicarem em revistas internacionais. Porém, a autora cita uma ausência de estratégias nacionais, bem como, falta de políticas institucionais nas universidades brasileiras, que possam facilitar o desenvolvimento de contatos e consequentemente parcerias significativas e bem sustentadas.

Características metodológicas

Observou-se uma prevalência de produções empíricas, as quais representaram 79,7% (102) dos artigos, enquanto 20,3% (26) foram teóricas. Dentre os 102 estudos empíricos, 7,8% (8) adotaram estratégias transversais, e 78,4% (80) não especificaram a estratégia adotada.

Referente à abordagem do total de 128 artigos, houve uma prevalência de estudos qualitativos, que representou 46,1% (59), seguidos por estudos quantitativos, com 16,4% (21) e, por último, pesquisas com enfoque misto com um total de 8,6% (11); ainda, 28,9% (37) não especificaram a abordagem utilizada.

Destaca-se a fragilidade no delineamento metodológico de uma parcela considerável das publicações. Esses dados podem estar relacionados, conforme Santos e Rabelo (2017), com a pressão existente no meio acadêmico pela produtividade, diante da qual o foco recai na quantidade e não na qualidade das publicações. Por sua vez, ao investigar a qualidade metodológica das revisões sistemáticas publicadas em revistas brasileiras de psicologia, Zoltowski, Costa, Teixeira e Koller (2014) demonstraram que as revisões possuíam qualidade mediana, independente do Qualis do periódico de publicação. A fraqueza metodológica estaria relacionada, segundo os autores, com a fragilidade (e até mesmo ausência) das técnicas de análise.

Quanto ao estrato demográfico dos 102 artigos empíricos, 87,25% (89) explicitaram este dado, e nestes foi verificada uma predominância de participantes adultos, os quais compuseram a amostra de 87,6% (78). Idosos e adolescentes participaram de 5,6% (5) dos artigos, enquanto crianças representaram 1,1% (1) das amostras. Alguns artigos não deixaram clara a faixa etária dos(as) participantes, mas nos que o fizeram, a mais prevalente foi referente ao intervalo de 19 a 40 anos, com 50% (51) dos artigos com participantes nessa categoria, seguida da faixa etária de 41 a 59 anos, correspondendo a 35,3% (36) das produções, e, por último, participantes de 60

anos ou mais, os quais compuseram a amostra de 10,8% (11) dos artigos.

Quanto ao gênero dos participantes, dentre os 85 artigos que trouxeram este dado, nota-se a prevalência de mulheres, as quais fizeram parte de 85,9% (73) desses, enquanto homens foram participantes de 37,6% (32) dos artigos; ainda, 34,1% (29) das produções contaram com participantes de ambos os gêneros. Com relação ao detalhamento da amostra de participantes, 102 artigos especificaram este dado, sendo identificado que: Mulheres em situação de violência ou com histórico de violência aparecem em 29,40% (30) dos artigos; Profissionais da saúde, de serviços especializados, delegacias, entre outros estão em 24,50% (25); Documentos gerais em 14,70% (15); Homem autor de violência ou envolvido em violências em 9,80% (10); e ainda, Mulheres mães e/ou gestantes vítimas de violência em 6,90% (7) dos artigos.

Desse modo, observa-se uma predominância de participantes mulheres adultas. Para Cruz, Espíndula e Trindade (2017), a reduzida expressividade de participantes homens autores de violência pode se dar em função do receio de serem associados a termos como “covarde” e “monstro”, além de existir uma preocupação social em torno das mulheres que foram vítimas de violência, através de uma rede de apoio estruturada, enquanto não há assistência e/ou escuta para o homem autor ou envolvido na violência.

Tal questão também é discutida por Gaspodini, Canabarro, Cenci e Perrone (2017), que apontam para a importância da implementação de grupos nos quais os homens possam relatar e discutir acerca de seus privilégios de gênero, a partir da noção de masculinidade hegemônica e como esta influencia o sujeito que pratica violência, tendo em vista a prevenção e atenção à violência contra as mulheres.

Algumas medidas caminham nesse sentido, como a edição da Lei 13.984 de 2020, que prevê e determina a obrigatoriedade do tratamento do autor de violência (Lei n. 13.984, 2020). Entretanto, destaca-se a necessidade de pesquisas que abordem homens autores de agressão, além de melhor compreender e prevenir tal fenômeno na sua origem, bem como na sua reincidência.

No que diz respeito ao delineamento da pesquisa empírica, dentre 102 artigos, 18,6% (19) são pesquisa ação e/ou intervenção; 8,8% (9) como levantamento; 7,6% (8) se configuram como estudos de caso; 4,9% (5) são pesquisas documentais; 0,98% (1) como experimento. Entretanto, 38,2% (39) dos trabalhos que delimitaram o delineamento não se encaixavam em nenhum dos supra-

citados, sendo alocados na categoria “outros”, variando entre: Análise de narrativas; Estudo ecológico, de caráter descritivo; Estudo exploratório; Estudo cartográfico; Estudo descritivo; Estudo etnográfico; Estudo observacional de série temporal; Relato de experiência; Pesquisa exploratória; Trabalho de campo. Ainda, 32,4% (33) não explicitaram claramente o delineamento adotado. Do total de artigos que apresentaram o delineamento, 3,9% (4) encaixaram-se em mais de um tipo, enquanto 1,96% (2) trouxeram mais de dois tipos de delineamento.

Como técnicas de coleta de dados, dentre os 102 estudos empíricos que trabalharam com dados primários, entrevistas foram usadas em 60,8% (62) artigos; questionários e/ou formulários aparecerem em 31,4% (32); oficinas e/ou grupos focais estão presentes em 15,7% (16); testes em 11,8% (12); uso de escalas em 9,8% (10); diário de campo em apenas 2% (2); enquanto 2% (2) deles utilizaram outros tipos de técnicas, quais sejam: observação participante; acompanhamento de indivíduos da rede; narrativa livre; experiência de campo. Desse total de técnicas, 13,7% (14) artigos empregaram duas técnicas em conjunto, enquanto 13,7% (14) trabalhos utilizaram-se de duas ou mais.

A prevalência de uso da entrevista conversa com Minayo e Costa (2018), que apontam a entrevista como a técnica mais utilizada no trabalho qualitativo empírico, sendo destinada a prover informações pertinentes sobre o indivíduo em relação à realidade vivida. Os autores destacam sua importância principalmente por seus resultados incorporarem o contexto em que foi produzida, tendo o investigador em suas mãos elementos da vida social que marcam o cotidiano do entrevistado. Deve-se levar essa informação em consideração quando reflete-se sobre o tema pesquisado, a violência contra a mulher, e o que os autores almejavam com suas pesquisas, podendo ser a entrevista uma ferramenta muitas vezes indispensável para o alcance da compreensão em profundidade do fenômeno estudado.

Com relação à análise de dados referente tanto aos trabalhos empíricos quanto aos teóricos, que correspondem ao total amostral de 128 artigos, destacaram-se: 33,6% (42) apresentaram análise estatística; 16% (20) análise de conteúdo; 5,6% (7) artigos empregaram a análise do discurso; e 20,8% (26) que trouxeram tipos de análise distintos dos supracitados, como: análise de narrativas; análise bibliométrica; análise de similitude baseada na teoria dos grafos; análise descritiva, análise temática; análise crítica; método da interpretação dos sentidos; análise documental. Por último, 28,8% (36) não

especificaram qual foi a análise utilizada, dentre aqueles que a especificaram, 4,8% (6) utilizaram duas técnicas em conjunto.

Considerações finais

O presente artigo visou coletar, sistematizar e descrever informações referentes às publicações da área da Psicologia nos periódicos Qualis A1 e A2 acerca da temática da violência contra a mulher. O desenvolvimento de investigações acerca da literatura científica sobre o tema pode auxiliar na elaboração de políticas públicas de enfrentamento deste tipo de violência, bem como, em fornecer um panorama das pesquisas que vem sendo realizadas, o que possibilita na identificação de lacunas que indiquem necessidade de futuras pesquisas.

Os dados deste estudo apontam para um maior interesse dos(as) pesquisadores(as) em situar a discussão da violência contra a mulher no campo da saúde, tecendo reflexões sobre os profissionais que compõem os serviços de atendimento à mulher, bem como abordando questões ligadas à gravidez, institucionalização e a saúde física e mental das mulheres vítimas de violência. Tais dados podem auxiliar médicos, enfermeiros, psicólogos, bem como, pesquisadores e os próprios gestores da saúde pública a pensar em caminhos possíveis, junto com a rede intersetorial, de abordagem, prevenção e enfrentamento ao problema.

Apesar da relevância social e política de pesquisar essa temática, o presente trabalho notou o baixo financiamento desses estudos. Além disso, observou-se uma carência na delimitação teórica e metodológica precisa nas produções analisadas. Assim, pode-se dizer que se faz necessário, para que a temática avance cientificamente, mas também socialmente, uma maior alocação de recursos na pesquisa, bem como uma descrição teórica e metodológica mais clara e detalhada nas produções nessa área.

Além disso, os dados obtidos incitam o questionamento do papel da figura masculina no interior da temática da violência contra a mulher. Visto que, apesar de serem os principais perpetradores desse tipo de violência, foram também, tanto em quesito de autoria, como de população estudada, aqueles que menos apareceram na pesquisa. A partir desse dado, abre-se espaço para pensar a necessidade de convocar os homens a participarem das discussões e/ou intervenções que visem a redução dessa problemática.

Diante dos dados encontrados, mostra-se relevante pensar também o papel da Psicologia nesse cenário, na abordagem da dimensão subjetiva de mulheres vítimas de

violência, em articulação com as questões econômicas, políticas e culturais da vida delas. Assim, promover-se-ia uma visão macrossocial do enfrentamento dessa violência, de modo que, a partir da compreensão e articulação desses aspectos concernentes ao fenômeno, seja possível pensá-lo e intervir, visando a redistribuição de poder em relações desiguais, as quais são constitutivas do fenômeno da violência contra a mulher.

Referências

- Albornoz, M., Barrere, R., Matas, L., Osorio, L., & Sokil, J. (2018). Las brechas de género en la producción científica iberoamericana. *Papeles del Observatorio*, 9, 2-28. Recuperado de <https://oei.int/pt/publicacoes/gender-gaps-in-ibero-american-scientific-production>
- Albuquerque, K. K. (2020). Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260485>
- Becker, S. M. S., Bandeira, C. M., Ghilardi, R. B., Hutz, C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Psicologia do Desenvolvimento Infantil: Publicações Nacionais na Primeira Década do Século XXI. *Psico*, 44(3), 372-381. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/15824>
- Beiras, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, A., & Cantera, L. M. (2021). Políticas e leis sobre violência de gênero - reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100005.2012>
- Britto Júnior, A. F. B., & Feres Júnior, N. (2012). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, 7(7), 237-250. Recuperado de https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf
- Cruz, S. T. M., Espíndula, D. H. P., & Trindade, Z. (2021). A Violência de Gênero e seus Autores: Representações dos Profissionais de Saúde. *Psico-USF*, 22(3), 555-567. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220314>
- Fiorini, J. L. (2007). Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 4(8), 263-281. Recuperado de <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/133>
- Fraser, M. T. D. & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>
- Gasparini, I. C., Canabarro, R. P., Cenci, C. M. B., & Perrone, C. M. (2017). Masculinidades em diálogo: Produção de sentido a partir de marcadores sociais da diferença. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 25(1), 17-25. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v25n1p17-25>
- Krahe, B. (2018). Violence against women. *Current Opinion in Psychology*, 19, 6-10. DOI: [10.1016/j.copsyc.2017.03.017](https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.017)
- Lima, D. C., Büchele, F., & Clímaco, D. A. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 69-81. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200008.2008>
- Lei n. 11.340 de 7 de Agosto de 2006. (2006). Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Lei n. 13.984, de 3 de abril de 2020. (2020). Estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm
- Martins, R. T., Silva, M. L., Quental, O. B., & Gabriel, I. S. (2020). Prevalência da violência contra a mulher no Nordeste: uma questão de saúde pública. *Brazilian Journal of Production Engineering - BJPE*, 6(7), 150-172. DOI: <https://doi.org/10.47456/bjpe.v6i7.33132>
- Medeiros, R. R. G. (2020). Quem violenta mulheres?: a construção social da masculinidade e sua influência na violência de gênero. In Anais do VI Simpósio Gêneros e Políticas Públicas. (2086-2101). Paraná, Londrina: UEL. DOI: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p2086>
- Minayo, M. C. S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 11-25. DOI: <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.01>
- Moura, E. G. D., & Camargo Junior, K. R. D. (2017). A crise no financiamento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública [online]*, 33(4), e00052917. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00052917>
- Muñoz, A. E. (2021). Plurilingüismo Acadêmico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário. In S. Gorovitz & E. H. Unternbäumen (Orgs.), *Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil* (pp. 101-116). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2021). Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>
- Paré, G., Trudel, M.-C., Jaana, M., & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. *Information & Management*, 52(2), 183-199. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.im.2014.08.008>
- Pinho, T. R. (2020). Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271>
- Pinto, C. L., & Christino, J. M. M. (2021). Violência contra mulheres: 44 anos de pesquisa mapeados a partir dos softwares citespace e VOSviewer. *Pensando famílias*, 25(2), 159-175. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v25n2/v25n2a12.pdf>
- Ramos, M. Y. (2018). Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. *Educação e Pesquisa*, 44, 1-22. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201706161579>
- Ribeiro, D. B., Oliveira, E. F. D. A., Denadai, M. C. V. B., & Garcia, M. L. T. (2020). Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *Revista Katálysis*, 23, 548-561. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p548>
- Santos, I. B., Leite, F. M. C., Amorim, M. H. C., Maciel, P. M. A., & Gigante, D. P. (2020). Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(5), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.19752018>
- Santos, L. R., & Rabelo, D. M. R. (2017). Produção científica: avaliação, ferramentas e indicadores de qualidade. *Ponto de Acesso*, 11(2), 3-33. DOI: <https://doi.org/10.9771/rpa.v11i2.13698>
- Sidone, O. J. G., Haddad, E. A., & Mena-Chalco, J. P. (2016). A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transformação*, 28, 15-32. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>
- Souza, T. M. C., & Rezende, F. F. (2018). Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina*, 9(2), 21-38. DOI: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v9n1p21>
- Vasconcelos, C. S. S., & Cavalcante, L. I. C. (2019). Caracterização, Recidência e Percepção de Homens Autores de Violência Contra a Mulher Sobre Grupos Reflexivos. *Psicologia & Sociedade*, 31, e179960. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31179960>
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

Submetido em: 22-3-2022

Aceito em: 1-6-2023